



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0004044-86.2018.8.26.0566 - 2018/000982**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, IP-Flagr. - 83/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 90/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Réu: **JOÃO CARLOS DA SILVA OLIVEIRA e outro**
 Data da Audiência: **11/09/2018**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **RENAN OLIVEIRA VAZ e JOÃO CARLOS DA SILVA OLIVEIRA**, realizada no dia 11 de setembro de 2018, sob a presidência do **DR. Claudio do Prado Amaral**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença dos acusados, devidamente escoltados, acompanhados do Defensor Público **DRA. AMANDA GRAZIELLI CASSIANO DIAZ**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, dos próprios imputados e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, dos próprios imputados, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a testemunha de acusação **THIAGO CÉSAR PASCOALINO**. As partes desistiram da oitiva das demais testemunhas o que foi homologado pelo MM. Juiz. Por fim, foi realizado o interrogatório dos acusados, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa. *(Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça)*. Após, não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. RENAN OLIVEIRA VAZ e JOÃO CARLOS DA SILVA OLIVEIRA**, foram denunciados como incurso no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Os réus foram citados e ofereceram respostas, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal, reconhecimento do privilégio § 4º, do art. 33, da Lei 11.343/2006. A defesa requereu fixação da pena mínima para ambos os réus. **É o relatório. DECIDO.** Os acusados confessaram em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Para o corréu JOÃO CARLOS, fixo a pena base no mínimo legal de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa. Vislumbro presentes os elementos que autorizam reconhecer a forma privilegiada e reduzo a pena de 2/3 perfazendo o total de 1 ano e 8 meses de reclusão e 166 dias-multa. Para o corréu RENAN, aplico a mesma racionalidade, perfazendo total final de 1 ano e 8 meses de reclusão e 166 dias-multa. Considerando a quantidade e a natureza da droga, e considerando o tempo transcorrido da prisão cautelar, estabeleço o regime aberto para ambos os réus, para o início do cumprimento de pena, todavia sem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nem *sursis*. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. **Em razão do regime fixado, revogo a prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura em favor de ambos os réus.** Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se os réus **RENAN OLIVEIRA VAZ e JOÃO CARLOS DA SILVA OLIVEIRA** à pena de 01 ano e 08 meses de reclusão em regime aberto e 166 dias-multa, por infração ao artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, **Decreto a perda dos valores apreendidos em favor da União.** Saem os presentes intimados. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelos acusados foi**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **Claudio do Prado Amaral**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--

Promotor:

Acusado*:

Defensor Público: